



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE ATOS REFERENTES À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Palácio do Planalto
5 de junho

«O homem, que se julgava da criação e fora da natureza, começa a duvidar de sua primazia, e, antes de salvar-se, ele sabe, agora, que precisa salvar a Terra.»

Ao assinalar, com esta solenidade, a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Governo da Nova República expressa o sentimento de que está ampliando aqui o significado corrente do termo *comemoração*. Bem mais do que isso, queremos que esta e este momento sejam acolhidos pelo povo brasileiro como um instante de reflexão a mais sobre a dimensão da questão ambiental, uma das mais relevantes do nosso tempo.

Desejo assinalar que o fato que inspira a política de meio ambiente que o País pratica é a reconquista da liberdade política. A questão ambiental é de tal ordem e extensão que o seu tratamento transcende de muito as fronteiras da atividade do Estado, para abranger a esfera da comunidade e do cidadão. Sem a liberdade de expressão e de participação, qualquer política — e a de meio ambiente em particular — representa, no melhor dos casos, tão-somente um fato técnico, esvaziado e empobrecido do seu significado de ser uma experiência da liberdade e da cidadania.

O Governo entende que a legitimidade de uma Política Nacional do Meio Ambiente, hoje um conceito legalmente

instituído, decorre da participação da comunidade em sua formulação, não só porque a defesa do meio ambiente é uma forma de exercício da cidadania, mas porque é nesta instância — a da comunidade — que se encontra a informação imediata e genuína, sem a qual tal política não pode ser concebida.

Dessa convocação e dessa participação resultou, já no primeiro dia deste Governo, um fato concreto: a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Um fato novo na história do planejamento, um capítulo do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República é dedicado à política ambiental, dando-lhe um caráter supra-setorial e definindo linhas de ação prioritárias. A dimensão ambiental está incorporada desde o planejamento à execução das ações do Governo.

Todos esses atos e mais o diálogo que se abre com a sociedade traduzem o firme propósito de abrir nova dimensão aos assuntos relacionados ao meio ambiente.

Essa nova dimensão compreende três aspectos: o sentido social que deve presidir às preocupações conservacionistas, a forma integrada com que a questão ambiental passa a ser tratada e a indispensável participação da sociedade na obtenção de adequados padrões de comportamento ecológico.

A identidade de uma nação é refletida no patrimônio natural, e no patrimônio espiritual, a sua cultura. O estilo de desenvolvimento brasileiro há que basear-se nesses dois aspectos e refletir sempre a conexão que os associa.

O homem é o recurso mais importante da natureza. E isso não pode ser descuidado nas iniciativas do Governo. A utilização racional dos recursos naturais, a melhoria urbana e o saneamento básico, a redução de doenças transmissíveis e o aumento da esperança de vida da população são prioridades inerentes à opção do Governo por um modelo baseado em crescimento e justiça social.

Devemos ter em mente que a degradação ambiental, seqüela do industrialismo, requer, para ser suprimida ou controlada, a criação de métodos novos, de novos comportamentos e de uma nova ética.

O Governo está ciente de que, para obter condições equilibradas de desenvolvimento, é indispensável esforço integrado dos seus e de todos os seus setores. Deve agir sempre solidariamente.

Tal coordenação não se extingue no âmbito federal. Precisamos juntar nossas mãos às dos governos estaduais e municipais, para trabalharmos em conjunto. Este o espírito que anima os convênios agora firmados.

Convoco a todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ser um significado abstrato, será sem dúvida uma das mais genuínas formas da prática da liberdade.

A questão do meio ambiente sempre foi uma preocupação permanente minha. A minha vida parlamentar é marcada por vários pronunciamentos nesse sentido. Desejo recordar um que eu fiz em 20 de junho de 1972, no qual dizia o seguinte:

«A verdade é que a conquista espacial com o cotidiano das naves tripuladas, limitadas nas suas missões pela contingência de provisões esgotáveis, trouxe ao mundo a projeção do seu próprio exemplo: a Terra nada mais é do que um navio espacial com recursos limitados e sujeitos às restrições do seu uso. E esta projeção passou a ser a base de algumas verdades filosóficas. A partir de então os homens desconfiaram que a Terra estava doente e que havia algo de novo embaixo do Sol».

Os benefícios da civilização industrial começaram a ser vistos sob outra dimensão. Desenvolvimento econômico e expansão deixaram de ser sinônimos absolutos de progresso. E nascem as revisões de conceitos e as reflexões e dúvidas sobre o caminho certo ou errado. Citava eu o então ministro Oichi, da pasta para a preservação do meio ambiente, que delegava a Conferência de Estocolmo. Dizia o seguinte: «falou melancólico e saudoso de sua pátria, do Japão xintoísta, suas belezas naturais incorporadas à pessoa do próprio Deus, dos jardins milenares, das lagoas plá-

cidas, das pedras reverenciadas, dos delicados musgos que cobrem os muros de seus templos e, num ato de confissão, bateu no peito, comparou seu país de hoje, com suas montanhas de detritos plásticos com o Jardim do Sol Nascente do passado e exclamou:

«O povo japonês começa a perguntar-se: a frenética busca do aumento do Produto Nacional Bruto tem alguma coisa a ver com a felicidade do homem?»

O homem, que se julgava objeto da criação e fora da natureza, começa a duvidar de sua primazia, e antes de salvar-se ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a alma imortal, a vida em si mesma, se ela não mais vai ter espaço para existir?

Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza, não mais em termos de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração, mas pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem, criando a antiexistência.

É neste ponto fundamental que as nações jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a Terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é dos países em desenvolvimento, mas dos super-ricos que, na ânsia de exploração, se comportaram de maneira predatória.

E para terminar, vou repetir a citação com que encerrei aquele pronunciamento sobre o meio ambiente, dizendo que o homem ainda é o principal predador da natureza. Sem que ele tenha uma consciência de sua preservação, nós faremos muito pouco.

Para alimentar nossas esperanças citemos, finalmente, Nance Newhall:

«De todos os recursos, o mais crucial é o espírito do homem. Não aquele espírito entorpecido, mas aquele espírito evoluído capaz de criar e de amar. O homem ainda é um caçador, embora sua caça possa ser uma esperança ou um mistério».